

4ª CÂMARA CÍVEL	
Embargos de Declaração no Recurso de Agravamento nº 199271-4/01	18ª Vara Cível da Comarca de Recife/PE
Embargantes:	Safrá Leasing S.A., SM Plásticos Ind. Com. e Representações Ltda. e Outros
Embargados:	Os mesmos
Relator:	Des. Eurico de Barros Correia Filho
Revisor:	Des. Francisco Manoel Tenório dos Santos
Acórdão	

EMENTA: DIREITO CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. RECURSO DE APELAÇÃO E RECURSO DE AGRAVO. ARRENDAMENTO MERCANTIL. AÇÃO REVISIONAL. AÇÃO DE REINTEGRAÇÃO DE POSSE. CARÊNCIA DE INTERESSE RECURSAL. ENCARGOS FINANCEIROS DO CONTRATO. REDISCUSSÃO DE QUESTÕES JÁ RESOLVIDAS NA DECISÃO EMBARGADA. MERO INCONFORMISMO. AUSÊNCIA DE OMISSÃO, OBSCURIDADE OU CONTRADIÇÃO NA DECISÃO EMBARGADA. EMBARGOS IMPROVIDOS. CONHECIMENTO PARA FINS PREQUESTIONADORES. DECISÃO UNÂNIME.

1. Carece de interesse recursal os Embargos de Declaração suscitados pelo credor a fim de viabilizar a reintegração de posse pretendida quando esta já lhe foi garantida na decisão embargada. Não ocorrência da obscuridade, contradição e omissão alegadas.

2. A rediscussão, através de Embargos de Declaração, de questões de mérito já resolvidas configura pedido de alteração do resultado do *decisum*, traduzindo mero inconformismo com o teor da decisão embargada. Nesses casos, a jurisprudência desta Corte de Justiça é pacífica no sentido de que os embargos não merecem prosperar.

3. Embargos improcedentes e conhecidos para fins de prequestionamento. Decisão por unanimidade.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos acordam os desembargadores integrantes da 4ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, na conformidade da ata de julgamento, por unanimidade de votos, em **NEGAR PROVIMENTO** aos presentes Embargos de Declaração, conforme relatório e votos em anexo, devidamente revistos e rubricados, que passam a integrar este julgado.

Recife,  de 2013.

Eurico de Barros Correia Filho
Desembargador Relator

fwsd



4ª CÂMARA CÍVEL

Embargos de Declaração no Recurso de 18ª Vara Cível da Comarca de
Agravo nº 199271-4/01 Recife/PE

Embargantes: **Safra Leasing S.A., SM Plásticos Ind. Com. e**
Representações Ltda. e Outros

Embargados: **Os mesmos**

Relator: **Des. Eurico de Barros Correia Filho**

Revisor: **Des. Francisco Manoel Tenório dos Santos**

Relatório

Safra Leasing S.A., SM Plásticos Ind. Com. e Representações Ltda. e Outros interpuseram simultaneamente os presentes Embargos de Declaração em face da decisão que julgou o **Recurso de Agravo nº 199271-4/01**, bem como a **Apelação Cível nº 206859-1** em apenso, para reconhecer a legalidade dos encargos cobrados na fase de normalidade contratual; reformar parcialmente a sentença proferida na Ação Revisional nº 16856-81/2006, para suprimir a condenação quanto à segunda indenização pleiteada pelos devedores (não concessão de operação de crédito), mantendo, ainda, a improcedência do pedido quanto à primeira indenização pleiteada (operações de desconto de duplicatas mercantis); e reformar a sentença proferida na Ação de Reintegração de Posse nº 35397-0/2006, deferindo a reintegração de pleiteada pelo banco credor.

Em suas razões recursais (fls. 55/60), a embargante **Safra Leasing S.A.** alega, em suma: 1) obscuridade quanto à questão da ocorrência ou não de cumulação de comissão de permanência com demais encargos da mora; 2) contradição quanto à existência ou não de indenizações devidas em face dos devedores a serem compensados com o valor cobrado; e 3) omissão quanto à necessidade de depósito judicial do valor incontroverso da dívida. A embargante ressalta que os saneamentos pleiteados são imprescindíveis à concessão da reintegração de posse pretendida.

SM Plásticos Ind. Com. e Representações Ltda. e OUTROS, por sua vez, manifestam de plano o interesse em pré-questionar as matérias constitucionais e infraconstitucionais discutidas nos recursos em apenso, além de reiterar as alegações acerca do excesso de cobrança do credor, decorrente da cobrança indevida de encargos financeiros excessivos, tais como a capitalização mensal de juros, mediante emprego da tabela *price* e a cobrança de taxa de juros de longo prazo (TJLP).

É o relatório.

Recife, 26 de setembro de 2013.

Eurico de Barros Correia Filho
Desembargador Relator

fwsd

4ª CÂMARA CÍVEL	
Embargos de Declaração no Recurso de Agravo nº 199271-4/01	
18ª Vara Cível da Comarca de Recife/PE	
Embargantes:	Safra Leasing S.A., SM Plásticos Ind. Com. e Representações Ltda. e Outros
Embargados:	Os mesmos
Relator:	Des. Eurico de Barros Correia Filho
Revisor:	Des. Francisco Manoel Tenório dos Santos
Voto	

Como é sabido, o recurso de Embargos de Declaração possui estreita via de conhecimento devidamente estabelecida no art. 535 do CPC, cingindo-se a ocorrência de omissão, contradição ou obscuridade, ou ainda, para sanear eventual erro material no julgado.

Em primeiro lugar, enfrento os Embargos de Declaração opostos por **Safra Leasing S.A.**, para rejeitá-los por ausência de interesse recursal, Noé termos que seguem:

OBSCURIDADE - A questão da cumulação da cobrança de comissão de permanência com demais encargos da mora, prevista na cláusula 7ª do contrato de arrendamento mercantil celebrado entre as partes (fls. 190/196 dos autos da Apelação Cível nº 206859-1 em apenso) e objeto de prova do "Demonstrativo de Saldo Devedor" apresentado pelo credor foi apreciada pela decisão embargada apenas quanto aos aspectos de validade contratual, diante das normas de caráter constitucional e infraconstitucional e considerando a jurisprudência predominante do Superior Tribunal de Justiça.

A questão de ter havido ou não, de fato, a cobrança impugnada pelos devedores é irrelevante, pois a sentença proferida nos autos da Ação Revisional nº 16856-81/2006 determinou a apuração do valor devido com o expurgo da eventual cumulação indevida, aplicando-se, apenas, multa por inadimplemento de 2% (dois por cento), juros de mora de 1% (um por cento) e correção monetária. Considerando que a sentença não foi reformada quanto a este ponto, e que o credor alega não ter procedido com a cobrança dessa forma, não há interesse recursal na discussão.

CONTRADIÇÃO - A indenização decorrente da não concessão de operação de crédito imputada ao credor, de que trata a decisão embargada, foi mencionada no contexto da apreciação da medida liminar de reintegração de posse por ele pleiteada. Ocorre, porém, que as reformas de sentença decorrentes da decisão embargada, bem como o reconhecimento de que não houve cobrança de encargos indevidos durante o período de normalidade contratual, levaram ao deferimento da reintegração pretendida, de modo que a decisão embargada não contém qualquer contradição.

OMISSÃO - A necessidade de depósito do valor incontroverso da dívida a fim de purgar a mora perdeu o objeto quando do julgamento final dos recursos de apelação interpostos, tendo em vista que a decisão embargante considerou os devedores em mora, dando provimento à apelação do credor.

Enfim, todos os supostos vícios da decisão embargada foram suscitados pelo credor **Safra Leasing S.A.** a fim de viabilizar a reintegração de posse pretendida, quando, na verdade, esta já lhe foi garantida na decisão embargada, razão pela qual os Embargos de Declaração opostos pela parte carecem de interesse recursal.

Quanto aos Embargos de Declaração opostos pelos devedores **SM Plásticos Ind. Com. e Representações Ltda. e OUTROS**, por sua vez, tenho que as "omissões e violações aos dispositivos de lei federal" alegadas são uma nova repetição das matérias discutidas nos Recursos de Apelação Cível nº 206859-1 e 199271-4, tratando-se, portanto, de recurso interposto com o nítido propósito de rediscutir a matéria, pretensão incompatível com os presentes Embargos de Declaração, razão pela qual a estes se devem negar provimento. Nessa linha, o Superior Tribunal de Justiça, remansosamente, vem decidindo:

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM RECLAMAÇÃO. **REDISCUSSÃO DE QUESTÕES JÁ RESOLVIDAS NA DECISÃO EMBARGADA. MERO INCONFORMISMO. AUSÊNCIA DE OMISSÃO OU CONTRADIÇÃO.** (...) 2. A rediscussão, via embargos de declaração, de questões de mérito já resolvidas configura pedido de alteração do resultado do decisum, traduzindo mero inconformismo com o teor da decisão embargada. Nesses casos, a jurisprudência desta Corte Superior é pacífica no sentido de que os embargos não merecem prosperar. 3. A parte recorrente não indicou nenhuma omissão a ser sanada, motivo pelo qual entendo que todas as questões foram satisfatoriamente analisadas, não sendo caso de acolhimento dos aclaratórios por eventual omissão. Ressalte-se, ainda, que a contradição que autoriza o manejo de embargos de declaração é aquela existente entre a fundamentação e o dispositivo, e não a que diz respeito à linha de fundamentação adotada no julgado. 4. Embargos de declaração rejeitados. (EDcl na Rcl 4.018/ES, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 09/11/2011, DJe 18/11/2011) - **[Destaquei]**

Quanto ao interesse pelo pré-questionamento, por sua vez, esta Corte de Justiça tem entendido reiteradamente, no contexto da súmula nº 98 do Superior Tribunal de Justiça, que não há obstáculo à utilização de Embargos de Declaração para essa finalidade, até porque se exige que a matéria ulteriormente a ser remetida a conhecimento do próprio STJ, ou do Supremo Tribunal Federal, seja debatida na corte originária, e o veículo mais comumente utilizado para isso são os Embargos de Declaração. Acerca da matéria, seguem os precedentes:

Súmula nº 98 do STJ: "Embargos de Declaração manifestados com notório propósito de prequestionamento não tem caráter protelatório."

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. FUNDAMENTOS DA DECISÃO AGRAVADA NÃO INFIRMADOS. SÚMULA 82/STJ. MATÉRIA QUESTIONADA. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. HABEAS CORPUS. INVIABILIDADE. DECISÃO MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. 1. É inadmissível o agravo que não ataca os fundamentos da decisão impugnada, conforme dispõe a Súmula 182/STJ. 2. **Constata-se que a matéria questionada não foi analisada pelo Tribunal de origem no acórdão de apelação, tampouco nos embargos de declaração, faltando, por conseguinte, o indispensável requisito do prequestionamento, o que impede o conhecimento do recurso, nos termos da Súmula 211/STJ.** 3. Vale registrar, ainda, que a ausência de prequestionamento da matéria inviabiliza, inclusive, o pedido subsidiário de conversão do presente agravo em habeas corpus, sob pena de indevida supressão de instância. 3. Agravo regimental a que se nega provimento. (AgRg no AREsp 105.411/SP, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, QUINTA TURMA, julgado em 20/09/2012, DJe 26/09/2012) - **[Destaquei]**

Assim sendo, sem mais o que ser discutido, e diante da ausência de contradição, omissão ou obscuridade no julgado, entendo que a decisão embargada deve ser mantida sem qualquer alteração, razão pela qual voto no sentido de **CONHECER** dos Embargos de Declaração opostos por ambas as partes, exclusivamente para fins de pré-questionamento, e, no mérito, **REJEITÁ-LOS**.

É como voto

Recife, 26 de setembro de 2013.

Eurico de Barros Correia Filho
Desembargador Relator

fwsd